JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.21 06:49:05 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 21 de dezembro de 2023 • Nº 1707 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SUBVENÇÃO DO ICMS

MP aprovada permitirá maior arrecadação

O Senado aprovou ontem, a Medida Provisória (MP) da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas ano que vem. Foram 48 votos a favor e 22 contra. Após a análise de destaques (tentativas de mudança no texto-base), a proposta vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A aprovação da MP ocorre após uma série de impasses que travaram a análise no Senado na terça-feira passada. Haddad acompanhou a votação no plenário. Após deixarem a sessão de promulgação da reforma tributária, os integrantes da equipe econômica foram conversar com senadores em uma antessala da presidência do Senado. Haddad conversou com o senador Laércio (PP-PE). PÁGINA 2

CRIME AMBIENTAL

Vítimas em Maceió reagem a acordo feito com a Braskem

Representantes das vítimas da atividade de exploração de salgema da Braskem, em Maceió, criticaram os acordos fechados por órgãos públicos com a mineradora. Durante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados sobre os impactos ambientais da atividade da empresa, eles afirmaram que os moradores das áreas que tiveram o solo afundado não foram ouvidos durante as tratativas aderiram aos acordos por se encontrarem em situação de vulnerabilidade. O Programa de Compensação Financeira (PCF) foi instituído pela Braskem após acordo firmado em 2019 entre a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública de Alagoas e o Ministério Público de Alagoas e homologado judicialmente em 2020. Entre outros pontos, o acordo garantiu que a Braskem custeasse todas as medidas de desocupação das pessoas da área de risco delimitada pela Defesa Civil. PÁGINA 3

APÓS 30 ANOS

Em ato histórico, Congresso promulga reforma tributária

LULA MARQUES/ABRASIL

O Congresso promulgou ontem, a maior reforma tributária desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na última sexta-feira, após mais de 30 anos de debate. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024. A cerimônia de promulgação da reforma contou com a presença de autoridades como o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. PÁGINA 2

CONSUMIDORES

Mais de 40% pretendem ir às compras no Natal

PÁGINA 2

DESCRIMINALIZAÇÃO

Barroso diz que não vai pautar aborto 'tão cedo'

PÁGINA 3

SÉTIMO MANDAMENTO

TOMAZ SILVA/ABRASIL

Acusado de corrupção, e com sigilo quebrado, Castro tem de se explicar

Alvo de uma investigação pela suposta participação em um esquema de corrupção no Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL) (**foto**) teve os sigilos telemático, fiscal e bancário quebrados por autorização do ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no inquérito que apura desvios de recursos e fraude em licitação em contratos sociais entre 2017 e 2020. Com um histórico de governantes presos e acossados pela Justiça, quase todos os chefes do Executivo estadual eleitos diretamente no Rio desde o fim da ditadura militar foram alvos de investigações, sobretudo, por corrupção - a maioria com passagens pela cadeia. A decisão sobre a quebra dos sigilos de Castro foi determinada no âmbito da Operação Sétimo Mandamento deflagrada ontem. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,79% / 130.804,17 / -1.046,73 / Volume: R$ 21.860.378.740 / Negócios: 3.631.649

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CASAS BAHIA ON EG NM	10.940	+8.86	+0.890
PETZ ON NM	3.93	+4.52	+0.17
CARREFOUR BRON NM	12.50	+4.17	+0.50
MARFRIG ON NM	9.59	+4.13	+0.38
JBS ON NM	25.04	+3.39	+0.82

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
TOTVS ON NM	33.06	−4.03	−1.39
MAGAZ LUIZA ON NM	2.10	−2.78	−0.06
VAMOS ON EJ NM	9.500	−2.27	−0.221
HYPERA ON NM	35.38	−2.72	−0.99
HAPVIDA ON NM	4.34	−2.69	−0.12

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	36.38	+0.36	+0.13
VALE ON NM	74.49	−0.32	−0.24
ITAUUNIBANCOPN N1	32.57	−1.03	−0.34
EQUATORIAL ON NM	35.32	+1.55	+0.54
HAPVIDA ON NM	4.34	−2.69	−0.12

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.082	-1,27
NASDAQ Composite	14.777,942	-1,50
CAC 40	7.583,43	+0,12
FTSE 100	7.715,68	+1,02
DAX	16.733,05	-0,07
Ftse Mib	30.366,74	+0,01

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,59% (nov.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,28% (nov.)	Compra: 5,4156	Venda: 5,5956
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,8766	+0,21%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(20/12)	0,6280%	BM&F/grama	R$ 318,69	Compra: 4,9109	Venda: 4,9115
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(20/12)	0,1274%	Compra: 5,3749	Venda: 5,3755	Compra: 4,9164	Venda: 5,0964

Economia

MERCADOS

Bovespa cai a 130.804 pontos com realização de lucros acumulados

CÍCERO COTRIM/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu 0,79% ontem, a 130.804,17 pontos, pressionado por um movimento de realização de lucros após ter atingido uma nova máxima histórica no fechamento de terça-feira. Dos 86 papéis que compõem o índice, 67 encerraram o dia em baixa, corrigindo as altas anteriores. Em contrapartida, as ações da Petrobras sustentaram ganhos ao longo do dia e ajudaram a moderar as perdas da referência da Bovespa.

Em meio ao noticiário escasso e a uma liquidez reduzida por causa do fim de ano, o Índice Bovespa (Ibovespa) passou a maior parte do dia próximo da estabilidade e, até a última hora do pregão, tinha oscilado menos de mil pontos entre a mínima e a máxima, quando chegou aos 132.340,75 pontos (+0,37%). Mas, no fim da sessão, a virada para baixo das bolsas de Nova York deu o sinal para a realização de lucros e acelerou as perdas, até a mínima de 130 709,80 pontos (-0,87%), acompanhando a virada de Vale ON para o negativo.

Os índices acionários de Nova York, que passaram boa parte da sessão no azul, viraram para o negativo à tarde e bateram mínimas após as 17 horas, puxando a piora da Bolsa aqui. No fim do dia, caíram entre 0,27% (Dow Jones) e 1,5% (Nasdaq).

Em meio a perdas generalizadas na Bolsa brasileira, com todos os índices setoriais no vermelho no fechamento, os ganhos da Petrobras, entre 0,36% (PN) e 0,18% (ON), foram responsáveis por moderar as perdas do Ibovespa.

DÓLAR SOBE A R$ 4,91

Depois de ter registrado terça-feira o menor nível de fechamento em um mês no mercado à vista, o dólar zerou as perdas ante o real e terminou o pregão acima dos R$ 4,91, com investidores ajustando posições e reagindo à divulgação de dados mais fortes que o previsto sobre a economia dos Estados Unidos. O dólar à vista subiu 0,99%, a R$ 4,912, terminando o dia muito perto da máxima da sessão, de R$ 4,913.

APÓS 30 ANOS

Em ato histórico, Congresso promulga reforma tributária

O Congresso promulgou ontem, a maior reforma tributária desde a ditadura militar. A emenda constitucional que muda a tributação sobre o consumo no País foi aprovada na última sexta-feira, após mais de 30 anos de debate. O desafio agora será a regulamentação por meio de leis complementares, que serão enviadas pelo governo ao Legislativo em 2024.

A cerimônia de promulgação da reforma contou com a presença de autoridades como o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

A reforma tributária cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficará no lugar de tributos federais, como o PIS e a Cofins.

A proposta também estabelece um Imposto Seletivo que compensará o fim do IPI e servirá para desestimular o uso de produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. O princípio da reforma é deslocar a cobrança do imposto da origem (onde a mercadoria é produzida) para o destino (onde é consumida).

O governo terá um prazo de 180 dias para elaborar os projetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar as novas regras de tributação do consumo, mas o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, planeja concluir os textos antes do fim do prazo, com um trabalho conjunto da União, Estados, municípios e parlamento.

As leis complementares vão definir, por exemplo, a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que reúne o IBS estadual e a CBS federal. Também será por meio da regulamentação que ficará mais claro como funcionarão os regimes diferenciados e as alíquotas reduzidas para determinados setores.

No ano que vem, governo e Congresso também definirão, por meio de lei complementar, a atuação do Comitê Gestor do IBS, que distribuirá os recursos arrecadados para Estados e municípios, a composição da cesta básica nacional, o sistema de cashback (devolução de tributos) e a implementação do Imposto Seletivo.

Lira já sinalizou uma possível criação de grupos de trabalho para dar celeridade à tramitação das leis complementares. O modelo de grupo de trabalho foi o escolhido pelo presidente da Câmara para acelerar o andamento da reforma este ano.

Appy disse que considera importante um trabalho conjunto preliminar entre União, Estados e municípios para a elaboração dos projetos, também com a criação de grupos de trabalho para definir os principais pontos que estarão nos textos que seguirão para o Congresso.

Esse trabalho terá três eixos principais. A parte estrutural lidará com fato gerador, base de cálculo e modelo de cobrança. O tratamento dos regimes específicos trará a definição clara dos bens e serviços nas alíquotas reduzidas. Por fim, o comitê gestor será um projeto mais relevante para Estados e municípios do que para a União.

A reforma tributária foi aprovada na última sexta-feira, após a última votação na Câmara. Foram mais de 30 anos de debates em torno da mudança no sistema de cobrança de impostos sobre consumo no País, que é a maior desde a ditadura militar (1964-1985).

A aprovação das leis complementares tende a ser mais fácil para o governo, já que é necessário o apoio de no mínimo 257 deputados e 41 senadores, menos que os 308 votos na Câmara e 49 no Senado para passar Propostas de Emenda à Constituição (PEC) como a da reforma tributária.

ESTUDO

Cidade do Rio tem 3,3 mi de trabalhadores

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O estudo População Ocupada no Rio, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, mostra que a capital alcançou um marco histórico: no terceiro trimestre de 2023 foram registrados 3,3 milhões de pessoas ocupadas, segundo números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse é o maior número de trabalhadores com alguma ocupação, se observada a série iniciada em 2012. São 65,3% (2,177 milhões) de trabalhadores formais (e 34,7% (1,158 milhão) de informais. Os dados incluem empregados dos setores público e privado, quem atua por conta própria, empregadores e profissionais domésticos.

O rendimento médio mensal do carioca é de R$ 4,8 mil, 62,9% maior que a média do Brasil (R$ 2,9 mil). O estudo mostra ainda que a massa salarial da população ocupada na cidade do Rio supera R$ 190 bilhões por ano. Esse valor retorna para a economia como gastos com serviços, consumo de produtos, pagamento de taxas e impostos, entre outros. O estudo completo está disponível no Observatório Econômico do Rio.

SUBVENÇÃO DO ICMS

Senado aprova MP que permitirá governo arrecadar mais R$ 35,3 bi

IANDER PORCELLA E FERNANDA TRISOTTO/AE

O Senado aprovou ontem, a Medida Provisória (MP) da subvenção do ICMS, principal aposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para levantar receitas extras em 2024 e, com isso, tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas ano que vem.

Foram 48 votos a favor e 22 contra. Após a análise de destaques (tentativas de mudança no texto-base), a proposta vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A aprovação da MP ocorre após uma série de impasses que travaram a análise no Senado na terça-feira passada. Haddad acompanhou a votação no plenário. Após deixarem a sessão de promulgação da reforma tributária, os integrantes da equipe econômica foram conversar com senadores em uma antessala da presidência do Senado.

Haddad conversou com o senador Laércio (PP-PE). Depois disso, deixou a sala e foi para o plenário do Senado conversar com Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo na Casa. Ele estava acompanhado do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan.

Durante a votação, partidos como MDB, PSD, PT, PDT e PSB apoiaram a MP. Já a oposição, representada por PL, Republicanos e Novo, orientou os senadores a rejeitarem a proposta. O PP, por sua vez, liberou a bancada para votar como quisesse.

A expectativa da Fazenda é arrecadar R$ 35,3 bilhões em 2024 com a proposta. A MP restringe o uso de benefícios fiscais por parte de grandes empresas, o que fará com que essas companhias recolham mais impostos à União.

PESQUISA

Mais de 40% dos consumidores pretendem ir às compras para o Natal

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Uma pesquisa realizada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) revela que 42,8% dos entrevistados no país (1.647) pretendem fazer compras para o Natal, enquanto 35,9% não têm intenção de dar presentes e 21,3% ainda estão indecisos. Entre os que planejam comprar, 33,6% pretendem gastar mais do que em 2022, enquanto 41,8% desejam desembolsar um valor menor. A pesquisa de intenção de compra no Natal mostra que a maioria (60,5%) pretende gastar entre R$ 150 e R$ 450.

Segundo a ACSP, em relação ao ano passado, observa-se expressiva redução daqueles que manifestaram intenção de compra e leve aumento dos que não pretendem comprar. Também nota-se importante redução daqueles que pretendem gastar mais, assim como também do valor médio de gasto pretendido.

"A piora dos resultados em relação à pesquisa do ano passado poderia ser explicada pela desaceleração da atividade econômica e pelo elevado grau de endividamento das famílias, num contexto de juros ainda elevados, que termina reduzindo a renda disponível para o consumo, que tem cada vez mais se concentrado em itens mais essenciais", destaca a ACSP.

A pesquisa também aponta que a maioria das compras deve ser feita em grandes redes do varejo (41,1%) e de forma presencial (57,1%). Entre os itens destacados, roupas, calçados e acessórios (45,4%) continuam sendo os principais da lista. Somados a outros de uso pessoal (joias, bijuterias e perfumes), representam 75,9% das intenções de compra.

Outros itens típicos como boneca, outros brinquedos, decoração e enfeites, árvore e cartão de Natal e alimentos para a ceia natalina também aparecem, em conjunto, com destaque (78,4%). Com as intenções de compra mais baixas aparecem celular, computador, *notebook, tablet* e eletrodomésticos, como televisor, micro-ondas, fogão, geladeira e máquina de lavar, com 19,3%.

CNDL E SPC BRASIL

Outra pesquisa, realizada em parceria pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), indica que mais de 132,9 milhões de consumidores devem ir às compras neste período, injetando R$ 74,6 bilhões na economia. Os principais presenteados serão os filhos (60%), a mãe (48%), o cônjuge (44%) e o irmão(a) (28%).

Entre os que não vão presentear, 27% dizem não ter dinheiro, 17% não gostam ou não têm o costume e 15% estão endividados e irão priorizar o pagamento de dívidas. Além disso, 64% pretendem comprar presentes para si mesmo. As estimativas são de 104,6 milhões de pessoas comprem para se presentear.

As principais formas de pagamento dos consumidores nas compras de Natal serão: Pix (47%), cartão de crédito parcelado (44%), dinheiro (34%) e cartão de débito (31%). De acordo com os consumidores, 48% pretendem parcelar as compras, sendo que 41% afirmam que, mesmo tendo condições de pagar à vista, preferem parcelar para garantir sobra de dinheiro, e 34% optam por esse meio de pagamento para poder comprar presentes melhores.

De acordo com as respostas de 755 consumidores das 27 capitais brasileiras, as lojas físicas são as preferidas para realizar as compras: 76% pretendem comprar assim. As principais lojas são as de departamento (38%) e em *shopping center* (31%). Já 50% pretendem fazer compras pela internet, que representam 81,4 milhões de consumidores.

IPEA

PIB deve crescer 3,2% em 2023 e 2% em 2024

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê crescimento de 3,2% no Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e de 2% em 2024. As previsões constam da publicação Visão Geral da Conjuntura, divulgada ontem.

O crescimento esperado para 2023, informou o Ipea, está ligado à melhoria no consumo das famílias, sustentado pelo aumento "consistente" da massa salarial ampliada, e às exportações, ancoradas em produtos agropecuários e petróleo. No quarto trimestre, especificamente, o instituto espera um crescimento de 3% frente ao mesmo período do ano anterior.

A estimativa para 2023 recuou 0,1 ponto porcentual em relação àquela feita em setembro, que previa 3,3% de crescimento. O ajuste se deveu, em parte, a uma adequação das previsões a revisões da série histórica do PIB, devido à atualização das Contas Anuais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESACELERAÇÃO

A previsão de desaceleração do crescimento prevista para 2024 ante 2023 é explicada pela queda esperada do valor adicionado da agropecuária (-3,2%), penalizada por fatores climáticos adversos, anotam os pesquisadores do Ipea.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 19º 65% 05:15 18:51 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite de céu limpo.

MACEIÓ

Vítimas criticam acordo de órgãos públicos com Braskem

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Representantes das vítimas da atividade de exploração de sal-gema da Braskem, em Maceió, criticaram os acordos fechados por órgãos públicos com a mineradora. Durante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados sobre os impactos ambientais da atividade da empresa, eles afirmaram que os moradores das áreas que tiveram o solo afundado não foram ouvidos durante as tratativas aderiram aos acordos por se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

O Programa de Compensação Financeira (PCF) foi instituído pela Braskem após acordo firmado em 2019 entre a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública de Alagoas e o Ministério Público de Alagoas e homologado judicialmente em 2020.

Entre outros pontos, o acordo garantiu que a Braskem custeasse todas as medidas de desocupação das pessoas da área de risco delimitada pela Defesa Civil e também a indenização pelos danos materiais e morais.

O acordo não fixou valores, nem sobre danos morais ou materiais, apenas garantiu um valor mínimo de R$ 81,5 mil para imóveis cujo valor de mercado fosse inferior. Desde a homologação, até o momento, foram tiradas da área de risco cerca de 60 mil pessoas e desocupados 15 mil imóveis.

O Coordenador-Geral da Associação do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) Cássio Araújo, disse que houve uma tentativa de adendo ao acordo em que os moradores propunham novos critérios para as ações de reparação da empresa e que esse pedido foi indeferido pelo Ministério Público Federal, Ministério Público de Alagoas e pela Defensoria Pública da União.

"Os ministérios públicos estadual e federal e a Defensoria Pública da União negaram essa possibilidade, indeferiram o nosso pedido e disseram que o que a Braskem estava fazendo era muito bom, sob o argumento da autoadesão", criticou Araújo. "As pessoas, que estavam em um estado de alta vulnerabilidade, querendo resolver a sua situação, acabavam aceitando as propostas indecorosas, irrisórias que a empresa infratora estava fazendo e as instituições responsáveis por defender essas vítimas, defendiam o que a Braskem estava fazendo", emendou.

Representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), em Maceió, Paulo César Marques lembrou que a maioria das realocações ocorreu durante a pandemia da covid-19 e que isso interferiu nas decisões dos moradores.

"A gente tem que analisar a situação em que o pessoal estava e o quanto foi forçado a aceitar a realocação. Todo dia as pessoas acordavam e pensavam que a casa poderia afundar e isso tudo diante de uma situação de pandemia", pontuou.

Um dos pontos criticados pelos representantes foi o que cedeu à empresa as áreas privadas e públicas na região onde houve a realocação. Pelo acordo firmado, a empresa ficou proibida de edificar na área enquanto houver instabilidade e qualquer destinação futura deve observar a necessária estabilização definitiva do solo, mediante aprovação no plano diretor do município.

"A transferência de propriedade para a Braskem foi um ato indecoroso que nunca deveria ter acontecido, isso jamais poderia ter sido feito" disse Araújo.

Para o representante das vítimas, a empresa pode influenciar na decisão de alteração do plano diretor do município, devido ao seu poder econômico. "Como é publico e notório o poder de interferência do poder econômico no nosso parlamento, particularmente nas nossas câmaras de vereadores, ela pode interferir para poder fazer no futuro a exploração econômica da região", observou.

NOTÍCIA CRIME

O presidente da Associação dos Empreendedores e Vítimas da Mineração em Maceió, Alexandre Sampaio disse que a associação entrou com uma notícia crime contra a Braskem, mas a medida não foi adiante, porque segundo ele, o MPF disse que a associação não tinha legitimidade para processar criminalmente a empresa.

"Passados cinco anos de quando o crime apareceu, o Ministério Público ainda não processou criminalmente a empresa. O que nos causa muito estranhamento", afirmou Sampaio.

O presidente disse ainda que com o colapso da mina 18, no último dia 10, solicitou novamente ao MPF que a empresa fosse processada por crime ambiental.

"O mundo inteiro viu o colapso da mina 18, viu o mangue afundando, viu vegetação sendo suprimida e afundando com o colapso da mina 18 e pedimos a prisão em flagrante dos responsáveis da Braskem", disse. "Se um pescador lá da lagoa (do Mundaú) resolve fazer sua casinha do barco, pega um machado, corta dez metros de mangue para fazer sua casinha e alguém filma isso, ele é preso e só é liberado após julgamento", ironizou Sampaio que disse haver uma letargia do MPF para processar a empresa.

MPF

Durante a audiência, a procuradora-chefe da Procuradoria da República em Alagoas, Roberta Lima Bomfim, defendeu o acordo. Segundo representante do MPF, não está havendo uma compreensão adequada do que foi definido.

"Essa área desocupada, esse ponto é sempre questionado e, no nosso entender, tem recebido uma compreensão não adequada. É importante compreender que essa área é um passivo da Braskem e não tem condição nenhuma (de exploração). O recente acontecimento da mina 18 é um exemplo de que essa área não tem condição de exploração. É um passivo da Braskem que deve ser suportado pela empresa e todos os custos dessa gestão", afirmou.

Para o defensor Público da União Diego Martins Alves a situação é inédita e não há instrumento jurídico para garantir a imediata realocação das pessoas em casos de "tragédias ambientais complexas". Ele reforçou que a empresa ficou com os imóveis, mas que, desde o início, a Braskem foi informada de que "não seria tolerável que ela se beneficiasse da própria torpeza" e que a Defensoria orienta que a área deve ser direcionada para utilização de interesse público.

"Enquanto houver instabilidade do solo, a Braskem não poderá explorar a área economicamente. Se houver a estabilidade do solo na região, a Braskem só poderá explorar a área se houver permissão pelo plano diretor do município de Maceió. A Defensoria Pública da União está vigilante nessa situação", disse.

APAGÕES

Juiz manda Enel não exceder interrupções de energia em SP

ROSEANN KENNEDY/EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO/AE

O juiz Fábio de Souza Pimenta, da 32ª Vara Cível da Capital, concedeu liminar ontem, para determinar à Enel que 'não exceda, em todos os conjuntos elétricos, considerados de forma isolada, os parâmetros estabelecidos pelo regulador nacional relativos aos eventos de suspensão do fornecimento de eletricidade e tempo de interrupção'.

O magistrado determinou à companhia que 'atenda os consumidores de forma adequada mesmo nos dias críticos, informe de maneira individualizada seus clientes acerca da previsão de restabelecimento do fornecimento de energia e divulgue em seu site e nas contas os índices de qualidade de prestação do serviço'.

A liminar acata pedido do Ministério Público de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital, e da Defensoria Pública.

A decisão judicial impõe à Enel que, em caso de descumprimento do estabelecido na liminar, estará sujeita a multas que podem chegar até o limite de R$ 500 milhões.

A Enel é responsável pela distribuição de energia em 24 cidades do Estado. A companhia tem até o mês de abril para se adequar às determinações, mas a medida relativa às informações no site vale a partir da notificação sobre a liminar.

A Justiça fixou prazo máximo de 30 minutos para o atendimento presencial aos consumidores, de 60 segundos para o contato direto do consumidor com algum atendente em seus canais e também de 60 segundos para respostas via aplicativos de mensagens, como o WhatsApp.

Fábio de Souza Pimenta faz alusão ao drama de milhares de consumidores, principalmente na Grande São Paulo, que em novembro foram assombrados com um apagão que se arrastou por vários dias. Para o magistrado

"É possível dizer-se, até, que foi a partir de 3 de novembro de 2023 que veio à tona situação que olhares mais atentos já seriam capazes de desconfiar como de prenúncio de uma inevitável tragédia anunciada, não só pela crescente quantidade de queixas registradas em canais de proteção aos direitos do consumidor (Procon e site Reclame Aqui), mas também pela percepção de caos e desorganização estrutural denunciada pelo amontoado de fios emaranhados e pendurados em postes, misturados com árvores, sinais de trânsito, semáforos e equipamentos que, além de causar terrível poluição visual das vias públicas, denotavam estar à espera de uma ventania ou uma tempestade que lhes levasse ao chão junto com galhos de árvores", anotou o juiz Fábio de Souza Pimenta.

AMAZÔNIA

Empresa dos EUA terá de suspender pacotes de pesca em terra indígena

KARINA FERREIRA/AE

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu um requerimento para que a empresa americana Acute Angling EUA suspenda as atividades de pesca esportiva na Terra Indígena Ararà, no Amazonas. Segundo o MPF, a empresa americana não cumpriu compromissos firmados no início deste ano para a exploração turística da região e não compareceu em reuniões, no que o órgão chamou de "completa quebra de boa fé e dos compromissos assumidos perante os indígenas e o MPF".

O órgão, então, demanda que a empresa deixe de vender pacotes turísticos relacionados à pesca esportiva na região, cancele os pacotes já vendidos e não firme quaisquer novos acordos envolvendo exploração turística em terras indígenas no Brasil sem o devido acompanhamento dos órgãos competentes. Procurada pelo Estadão, a empresa disse ter "total interesse em restabelecer a verdade dos fatos" e que irá se pronunciar até hoje.

A Terra Indígena Ararà, onde ocorria a exploração turística pela empresa, fica no município de Urucará (AM), localizado há mais de 300 quilômetros da capital, Manaus. De acordo com o MPF, a empresa trabalha com venda de pacotes turísticos para a pesca esportiva do peixe tucunaré no baixo rio Jatapu, em Urucará, e em seus afluentes, sem autorização das comunidades.

O MPF, então, teria firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa, a Associação Aymara e lideranças da Terra Indígena Ararà, segundo o qual, até dia 28 de fevereiro de 2023, a Acute Angling deveria se retirar do território no baixo Jatapú e depositar o valor de R$ 600 mil na conta da Associação.

Isso não aconteceu e o MPF pediu novas ações da empresa, como a retirada de toda a propaganda que fizesse referência ao rio Jatapú de seu site, bem como o pagamento de US$ 30 mil (cerca de R$ 150 mil atuais) à associação dos indígenas, além da apresentação de um novo plano de atuação.

REGIÃO DOS BACANAS

Violência na Faria Lima faz governo se mobilizar

FABIO GRELLET/AE

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo lançou na terça-feira passada, a Operação Impacto Faria Lima. A iniciativa vai mobilizar cerca de 190 policiais, com 36 viaturas e 110 motos, para reforçar o policiamento e combater a criminalidade em geral e especialmente os crimes patrimoniais, como roubos e furtos, na região das avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima. Farão parte da operação agentes do Comando de Policiamento da área, do Policiamento de Choque e de Trânsito.

A iniciativa ocorre depois de constantes reclamações de pessoas que moram ou frequentam essa região. Como o Estadão mostrou em setembro, o síndico de um prédio situado na esquina das avenidas Faria Lima e Rebouças, onde funciona um centro comercial, chegou a instalar placas alertando os pedestres sobre o risco de assaltos naquele trecho. "Cuidado. Local com alto índice de roubo de celular", lia-se em duas placas colocadas em frente ao edifício.

O Estadão também reportou um modus operandi semelhante nos assaltos em Pinheiros, bairro que faz parte da região da Faria Lima. Segundo comerciantes e pedestres da região, os ladrões geralmente agem por volta das 18h, quando as pessoas estão saindo do trabalho. Eles costumam circular montados em bicicletas e utilizando mochilas de serviços de aplicativo para se camuflarem.

A região da Faria Lima tem vivido nos últimos meses um aumento no fluxo de pedestres e ciclistas devido à volta do trabalho presencial após o período de isolamento social causado pela pandemia. Este movimento foi gradual e se intensificou este ano

Questionado sobre a sensação de insegurança, o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, afirmou que a polícia faz seu papel, e o problema é que a Justiça liberta os criminosos. "A gente não tem dificuldade de prender quadrilhas, criminosos. Nós temos problemas com a reincidência. É normal prender pela 30ª vez um ladrão com um fuzil? Nosso País não tem leis adequadas para punir criminosos", afirmou o secretário. "A população quer ver o policial na rua, então reforçamos o policiamento nessa região."

BANG-BANG

Quaquá chama Nikolas de 'viadinho' e agride deputado

O deputado Washington Quaquá (PT-RJ) agrediu o deputado Messias Donato (Republicanos-ES) durante a sessão de promulgação da reforma tributária, que teve a presença do presidente Lula. Donato afirmou que registrará boletim de ocorrência sobre o incidente. Quaquá veio tirar satisfação de deputados apoiadores do ex-presidente Bolsonaro (PL) que antavam "Lula/ladrão/seu lugar é na prisão" para o chefe do Executivo. Com o celular em mãos, disse que faria uma representação contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), e o chamou de "viadinho". Em seguida, foi repelido por Donato.

STF

Julgamento sobre aborto não será pautado no curto prazo, diz Barroso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse ontem que não deve pautar o julgamento sobre a descriminalização do aborto em curto prazo. Segundo o ministro, o debate sobre a questão ainda não está amadurecido no país para ser retomado pela Corte.

Em setembro deste ano, o julgamento foi suspenso após a ministra Rosa Weber votar a favor da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez.

"Não pretendo pautar em curto prazo. Vou pautar em algum momento, mas não pretendo pautar em curto prazo porque acho que o debate não está amadurecido na sociedade brasileira, e as pessoas ainda não têm a exata consciência do que está sendo discutido", afirmou.

No entendimento de Barroso, a sociedade pode ter opinião contrária ou a favor ao aborto, mas, segundo ele, nenhum país desenvolvido do mundo criminaliza o aborto.

"Ninguém acha que o aborto é uma coisa boa. O Estado deve evitar o aborto. A discussão que se coloca é saber se a mulher que teve o infortúnio de fazer o aborto deve ser presa, que é consequência da criminalização", afirmou.

Barroso está responsável pelo plantão de liminares na Corte. O recesso dos ministros começou na terça-feira e vai até 1º de fevereiro de 2024.

Nota

DUPLA É PRESA APÓS TENTAR ROUBAR VIDEOGAMES, CELULARES E NOTEBOOKS EM LOJA NO MORUMBI

Dois homens, de 35 e 43 anos, foram presos em flagrante na noite de terça-feira passada, após tentarem roubar um loja de departamento na Avenida Giovanni Gronchi, na região do Morumbi, na zona sul de São Paulo. Três pessoas chegaram a ser mantidas reféns, mas foram libertadas com a chegada de agentes da Polícia Militar. Foram recuperados cerca de R$ 105 mil em mercadorias, além de R$ 925 em espécie, segundo informações da PM. O caso ocorreu por volta das 21h. Os suspeitos, ainda de acordo com a corporação, estavam tentando roubar videogames, celulares e notebooks, entre outros produtos comercializados na loja. De acordo com informações da Secretaria da Segurança Pública, agentes da Polícia Militar se deslocaram até o local ao serem acionados para atender a uma ocorrência de roubo.

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 32º 20º 85% 05:05 18:38

SÉTIMO MANDAMENTO

Acusado de corrupção, e com sigilo quebrado, Castro tem de se explicar

RAYANDERSON GUERRA/AE

ABRASIL

Alvo de uma investigação pela suposta participação em um esquema de corrupção no Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL) teve os sigilos telemático, fiscal e bancário quebrados por autorização do ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no inquérito que apura desvios de recursos e fraude em licitação em contratos sociais entre 2017 e 2020. Com um histórico de governantes presos e acossados pela Justiça, quase todos os chefes do Executivo estadual eleitos diretamente no Rio desde o fim da ditadura militar foram alvos de investigações, sobretudo, por corrupção - a maioria com passagens pela cadeia.

A decisão sobre a quebra dos sigilos de Castro foi determinada no âmbito da Operação Sétimo Mandamento deflagrada ontem. Um irmão do governador sofreu buscas da Polícia Federal (PF). Vinícius Sarciá Rocha é presidente do conselho de administração da Agência Estadual de Fomento (Agerio). O governador não foi alvo de buscas.

A PF investiga desvios na execução dos projetos Novo Olhar, Rio Cidadão, Agente Social e Qualimóvel entre os anos 2017 e 2020 - antes, portanto, de Cláudio Castro assumir o governo após a cassação do ex-governador Wilson Witzel.

A investigação aponta fraudes a licitações e contratos administrativos de assistência social. A PF afirma que, além de desviar recursos públicos, os investigados teriam direcionado serviços indevidamente a redutos eleitorais do grupo político do governador.

O governador diz que a operação deflagrada nesta quarta-feira "não traz nenhum novo elemento à investigação que já transcorre desde 2019".

"Só o fato de haver medidas cautelares, quatro anos depois, reforça o que o governador Cláudio Castro vem dizendo há anos, ou seja, que não há nada contra ele, nenhuma prova, e que tudo se resume a uma delação criminosa, de um réu confesso, a qual vem sendo contestada judicialmente. Por fim, o governador reitera a confiança plena na justiça brasileira", diz a nota.

As apurações sobre as suspeitas contra Castro ganharam corpo no início deste ano, quando Araújo atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizou a PF a abrir um inquérito para investigar o governador do Rio pela suposta participação em um esquema de corrupção que teria vigorado na época em que ele era vereador e vice-governador. Castro foi reeleito no primeiro turno em 2022.

EX-GOVERNADORES

Castro se junta à lista de ex-governadores do Rio de Janeiro investigados por suspeitas de corrupção. Um dos casos mais emblemáticos sobre a falência do governo estadual fluminense. Entre os governadores eleitos, só Leonel Brizola (PDT, 1983-1987 e 1991-1994) e Marcello Alencar (PSDB, 1995-1998), já mortos, não integram a lista de investigados por corrupção. Outros três, Nilo Batista (PDT, 1994), Benedita da Silva (PT, 2002) e Francisco Dornelles (PP, 2018) - vices que assumiram temporariamente o cargo -, também estão fora da relação dos ex-chefes do Executivo que foram presos.

O antecessor de Castro no governo do Rio, Wilson Witzel, foi acusado de corrupção na Saúde durante a pandemia. Por dez votos a zero, o governador afastado do Rio perdeu o cargo ao ter o impeachment confirmado em abril de 2021. Castro atuava então como governador interino e, com o impeachment de Witzel, foi oficializado no cargo.

Mas a história de corrupção se desdobra ainda mais em anos anteriores. Quando participou da Farra dos Guardanapos em Paris, em 2009, o então governador do Rio Sérgio Cabral Filho estava em pleno voo. Com a noitada na capital francesa comemorava, oficialmente, a Medalha Légion d'Honneur que recebera do governo local. Secretamente, também celebrava, por antecipação, a escolha do Rio para sediar a Olimpíada de 2016, comprada com propina de US$ 2 milhões a integrantes do Comitê Olímpico Internacional (COI), segundo o Ministério Público Federal diria anos depois.

A festança foi revelada em 2012, quando vieram a público as imagens dos secretários e empresários com as cabeças cobertas por panos brancos, no evento em homenagem ao mandatário. Virou símbolo da Era Cabral, simbolicamente encerrada com sua prisão preventiva em novembro de 2016, que abriu o período do ex-todo poderoso fluminense na cadeia.

Cabral (2007-2014) foi preso em 2016, na Operação Calicute, que abriu a crise política no Rio de Janeiro. As investigações, desdobradas em outras ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, chegaram a 23 condenações que somam 430 anos. Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro de 2022, o ex-governador deixou a cadeia e passou a cumprir prisão domiciliar.

O sucessor de Cabral, Luiz Fernando Pezão (2015-2018), também foi processado e preso - quando ainda era governador, no fim do mandato, no Palácio Laranjeiras. Foi posteriormente solto, após meses em um quartel da Polícia Militar. Os dois foram acusados de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Rosinha Garotinho (PSB e PMDB, 2003-2006) e Anthony Garotinho (PDT e PSB, 1999-2002) também conheceram a cadeia. O ex-governador foi preso em novembro de 2016 na Operação Chequinho, sobre corrupção eleitoral em Campos dos Goytacazes. Garotinho foi solto, mas a mesma operação o reconduziu ao cárcere, em setembro de 2017. Nessa ocasião, Garotinho foi preso quando fazia seu programa na Rádio Tupi. Logo, conseguiu prisão domiciliar. Dois meses depois, teve nova prisão decretada, juntamente com Rosinha, desta vez na Operação Caixa D'Água, sobre suposta arrecadação ilegal de fundos de campanha. Ambos foram soltos, mas, em novembro de 2019, voltaram por breve período à prisão.A acusação era de superfaturamento na prefeitura campista.

Wellington Moreira Franco (PMDB, 1987-1991), ex-integrante dos governos de Dilma Rousseff e de Michel Temer, ficou menos de uma semana na cadeia, em março de 2019, depois que o Ministério Público Federal o denunciou por corrupção. Foi libertado por liminar do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

REAPROXIMAÇÃO

EUA soltam aliado de Maduro na troca por 10 americanos

Os governos dos Estados Unidos e da Venezuela concluíram ontem, uma troca de prisioneiros que levará à libertação de Alex Saab, um empresário ligado a Nicolás Maduro e investigado por receber um suborno de US$ 350 milhões num esquemas de corrupção na importação de cestas básicas. Em troca, 10 americanos e o empreiteiro conhecido como 'Fat Leonard', um fugitivo da Justiça americana, serão libertados.

O acordo dá sequência à reaproximação entre Estados Unidos e Venezuela iniciada neste ano com o levantamento de parte das sanções ao petróleo venezuelano em troca da realização de eleições livres no país.

A libertação de Saab, uma das peças principais no esquema de coação eleitoral de Maduro na Venezuela é uma concessão significativa da Casa Branca, e, segundo analistas, indica que A retórica belicista de Maduro em relação à anexação do Essequibo, na vizinha Guiana, não influenciou por enquanto a reaproximação entre Washington e Caracas.

DECISÕES DIFÍCEIS

"Às vezes temos de tomar decisões difíceis", explicou o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby.

A troca também deve irritar a ala mais radical da oposição ao chavismo, que tem criticado a Casa Branca por reatar laços com o governo Maduro.

Em 2024, Maduro deve disputar um terceiro mandato. Apesar do acordo com os Estados Unidos, o governo venezuelano barrou a candidatura da sua principal opositora, María Corina Machado, vencedora das primárias de novembro.

Na ocasião, o Tribunal Superior de Justiça, repleto de partidários de Maduro, suspendeu todo o processo de eleições primárias da oposição. O procurador-geral abriu investigações criminais contra alguns dos organizadores. Maduro, o líder da Assembleia Nacional, Jorge Rodriguez, e outros aliados insistiram que a votação foi fraudulenta e contestaram a participação de mais de 2,4 milhões de pessoas

Apesar disso, Biden disse que a reaproximação com Caracas vai bem. "Parece que Maduro, até agora, está a manter o seu compromisso com uma eleição livre. Ainda não está feito. Há um longo caminho a percorrer", disse o democrata.

QUEM É ALEX SAAB

Saab, de 51 anos, foi preso em 2020, em Cabo Verde, a caminho do Irã, para onde foi enviado para negociar acordos petrolíferos em nome do governo de Maduro. As acusações dos EUA eram de conspiração para cometer lavagem de dinheiro ligada a um esquema de suborno que supostamente desviou US$ 350 milhões por meio de contratos estatais para a construção de moradias populares para o governo da Venezuela.

Saab foi anteriormente sancionado pelo Departamento do Tesouro dos EUA por alegadamente ter gerido um esquema de corrupção que beneficiava aliados próximos de Maduro e roubou centenas de milhões de dólares de contratos de importação de alimentos, em meio à crise de escassez que afetou a Venezuela na última década

O acordo de hoje também exige que o governo de Maduro liberte 21 venezuelanos, incluindo Roberto Abdul, que foi cofundador de um grupo pró-democracia com Maria Corina há mais de duas décadas.

Entre os americanos atrás das grades na Venezuela estão dois ex-Boinas Verdes, Luke Denman e Airan Berry, que estiveram envolvidos numa tentativa de destituir Maduro em 2019. Também estão detidos Eyvin Hernandez, Jerrel Kenemore e Joseph Cristella, acusados de entrar ilegalmente na Venezuela vindos da Colômbia.

Os EUA realizaram várias trocas com a Venezuela nos últimos anos O mais notável foi um acordo em outubro de 2022 para sete americanos, incluindo cinco executivos de petróleo da Citgo, com sede em Houston, em troca da libertação de dois sobrinhos da esposa de Maduro presos nos EUA por acusações de narcotráfico.

GRÉCIA

Ambientalistas lançam ação contra projeto de gás apoiado pela UE

Cinco agências gregas e internacionais de campanha ambiental lançaram ações legais contra um grande projeto de gás natural, que é apoiado pela União Europeia como uma alternativa regional à energia russa.

A Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza lideram o pedido apresentado ao mais alto tribunal administrativo da Grécia, o Conselho de Estado, contra uma planeada instalação offshore de armazenamento e conversão de gás natural, fora do porto de Alexandroupolis.

A ação foi ajuizada na terça-feira passada, disseram os grupos em comunicado conjunto. Os grupos descreveram a planta como "propensa a acidentes" e disseram que representava uma ameaça ao ambiente marinho local que inclui uma área protegida.

O terminal, que deverá entrar em operação no início do próximo ano, funcionará num navio-tanque modificado - também denominado "Alexandroupolis" - para armazenar gás natural liquefeito e convertê-lo em gás, abastecendo a rede nacional de distribuição.

HAITI

EUA: ex-senador é condenado à prisão perpétua pelo assassinato de Moïse

Um juiz federal em Miami, nos Estados Unidos, condenou na terça-feira passada, um ex-senador do Haiti à prisão perpétua por conspirar para matar então presidente do país, Jovenel Moïse, em 2021, o que causou uma turbulência sem precedentes no país caribenho.

Joseph Joel John é o terceiro de 11 suspeitos detidos e acusados em Miami a serem condenados no que os promotores dos Estados Unidos descreveram como uma conspiração arquitetada tanto no Haiti quanto na Flórida para contratar mercenários para sequestrar ou matar Moïse, que tinha 53 anos quando foi morto em sua casa perto da capital haitiana, Porto Príncipe, em 7 de julho de 2021.

Em outubro, Joseph John, um conhecido político e opositor do partido Tet Kale, do qual o presidente assassinado fazia parte, se declarou culpado de propiciar veículos e outros recursos para o magnicídio. O fato de parte da trama ter sido esquematizada na Flórida foi o que permitiu que a Justiça dos Estados Unidos reivindicasse jurisdição sobre o caso, no qual prendeu e apresentou denúncias contra 11 pessoas.

Joseph assinou o acordo de confissão de culpa com o governo na esperança de obter uma redução na sua pena. Em troca, ele prometeu que cooperaria com a investigação. Às vezes, os procuradores dos EUA recomendam que os juízes reduzam a sentença se determinarem que a pessoa condenada colabora com a investigação. A redução pode ocorrer meses ou anos após a sentença.

FORA DE CONTROLE

O juiz federal José E. Martínez proferiu a pena máxima em audiência em Miami que durou cerca de 30 minutos. Na audiência, Joseph John pediu misericórdia e disse que nunca planejou matar o presidente haitiano. Vestindo camisa e calça bege de prisioneiro, ele estava algemado e tinha algemas nos tornozelos enquanto ouvia a decisão do juiz sentado ao lado de seu advogado.

"Acontece que o plano ficou confuso, fora de controle", disse Joseph. O plano mudou para matar o presidente "mas nunca foi minha intenção", acrescentou.

O juiz disse que consideraria uma redução da pena se o governo solicitasse, mas após listar o ex-senador haitiano, Martínez ordenou-lhe prisão perpétua. "Quer você tenha tentado ou não o assassinato, você entra em território perigoso", disse Martínez.

INFORMANTE

As outras duas pessoas condenadas no caso são o empresário haitiano-chileno Rodolphe Jaar e o oficial reformado do exército colombiano Germán Alejandro Rivera García. Ambos foram condenados à prisão perpétua.

Joseph, cidadão com dupla nacionalidade haitiano-americana e ex-informante confidencial da Agência Antidrogas dos EUA, declarou-se culpado este mês e aguarda sua sentença em fevereiro de 2024. Mais sete réus aguardam julgamento no próximo ano no sul da Flórida.

De acordo com as acusações, Joseph John, Jaar, Rivera, Vincent e outros, incluindo vários cidadãos com dupla nacionalidade haitiano-americana, participaram numa conspiração para raptar ou matar o presidente do Haiti. Entre os participantes estavam cerca de 20 ex-soldados colombianos.

40 PRESOS

Em 7 de julho de 2021, um comando de mercenários colombianos assassinou Moïse, de 53 anos, a tiros em sua residência particular de Porto Príncipe, sem que houvesse a intervenção de seus guarda-costas.

Joseph John foi preso na Jamaica em janeiro e em março concordou em ser extraditado para os EUA. O governo haitiano também prendeu mais de 40 pessoas por seus supostos papéis no assassinato.

Desde o assassinato de Moïse, o Haiti tem assistido a uma onda de violência entre gangues que levou o primeiro-ministro a solicitar o envio de uma força armada.

O Conselho de Segurança da ONU votou no início de outubro o envio de uma força multinacional liderada pelo Quênia para ajudar a combater os bandos. As autoridades não realizaram nenhuma eleição desde 2016 e a Presidência está vacante desde o assassinato de Moïse.

Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.
CNPJ nº 37.882.857/0001-92
Edital de Convocação
Ficam os senhores sócios da **Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.** ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de sócios a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto a distância para deliberar sobre (i) Rerratificação da Cláusula Quinta do Contrato Social; (ii) destituição do atual administrador (iii) eleição do novo administrador; (iv) alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, em atenção a ordem do dia. Os sócios poderão acessar a reunião pelo link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmYzOTc3N2QtNmM5MC00MTg2LWE2MTctZTY1NmUxODRhNmE3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22075cf011-ca0f-49ec-a745-2e27f409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22c364cd3a-c1b7-47dc-a5ad-d5bbbcf1d3d3%22%7d . **Orientações Gerais**: Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia estão disponíveis para consulta, com antecedência legalmente exigida por meio de solicitação dos sócios no e-mail societario@habibs.com.br. 2. A pessoa presente na reunião deverá comprovar sua qualidade de sócio, bem como os documentos comprobatórios dos respectivos poderes de representação. 3. O Mandato para representação na reunião deverá ser encaminhado no e-mail societario@habibs.com.br, no mínimo com 2(dois) dias úteis de antecedência à realização da Reunião. Rio de Janeiro, 19/12/2023. (19, 20 e 21/12/2023)